

A HISTÓRIA DA NAÇÃO BRASILEIRA DE JOSÉ OITICICA (1910): OLHAR SINÓPTICO E POLÍTICAS DO TEMPO EM UM PROJETO HISTORIOGRÁFICO MODERNO¹

Vicente da Silveira Detoni²

Doutorando em História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
vicentedetoni@gmail.com

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar alguns aspectos da proposição de escrita da história do Brasil de José Rodrigues Leite Oiticica (1882-1957) intitulada “Como se deve escrever a história do Brasil”. Ela foi publicada em 1910, na Revista Americana, como uma réplica ao conhecido texto homônimo de Karl Von Martius (1794-1868), premiado pelo IHGB na década de 1840. Tendo em vista a inserção desta proposição em uma conjuntura de crítica a tradição historiográfica romântica corrente no fim do século XIX, pretende-se focar nas inovações conceituais e narrativas sugeridas por José Oiticica, considerando a maneira que elas contribuem para a construção de um olhar sinóptico sobre a história da nação brasileira. Argumenta-se que a demanda por se reescrever a história do Brasil sob novas bases teóricas se apresenta como uma questão de política do tempo na medida em que esta “renovação” pode ser compreendida como um esforço de oferecer elementos, a partir de outro repertório político-intelectual, para se solucionar o problema do “atraso nacional”.
Palavras-chave: historiografia brasileira; José Oiticica; políticas do tempo.

THE HISTORY OF THE BRAZILIAN NATION OF JOSÉ OITICICA (1910): SYNOPTIC VIEW AND POLITICS OF THE TIME IN A MODERN HISTORIOGRAPHIC PROJECT

Abstract: The article aims to analyze some aspects of José Rodrigues Leite Oiticica's (1882-1957) proposal for writing of Brazilian history which was presented in “Como se deve escrever a história do Brasil”. It was published in 1910, in Revista Americana, as a replica of the well-known homonymous text by Karl Von Martius (1794-1868), awarded by the IHGB in the 1840s. In view of the insertion of this proposition in a context of criticism of the romantic historiographical tradition current at the end of the 19th century, it is intended to focus on the conceptual and narrative innovations suggested by José Oiticica, considering the way they contribute to the construction of a synoptic view at the history of the Brazilian nation. It is argued that the demand for rewriting the history of Brazil under new theoretical foundations presents itself as a question of politics of time insofar as this “renewal” can be understood as an effort to offer elements, from another political-intellectual repertoire, to solve the “national backwardness” problem.

Keywords: Brazilian historiography; José Oiticica; politics of time.

¹ **Texto recebido em:** 26/03/2020; **Texto aprovado em:** 07/06/2020.

Este texto apresenta o desenvolvimento de alguns resultados finais de pesquisa desenvolvida em âmbito de Mestrado no PPGH da UFRGS. Ele sintetiza e incorpora as considerações feitas pela banca examinadora, composta por Temístocles Cezar, Rebeca Gontijo e Mara Rodrigues. Além das considerações feitas por eles, e do acompanhamento do orientador da pesquisa, Fernando Nicolazzi, agradeço pela leitura atenciosa de Fábio Feltrin de Souza e João Pedro Garcez, e aos diálogos trocados com Piero Detoni. Pesquisa financiada pela CAPES.

² Bolsista CAPES. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6074294384816129>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0224-6085>.

Uma réplica a Von Martius

Do alto do cume de Monte Santo, relata Euclides da Cunha em 1902, seria possível encarar, em um golpe de vista, as características orográficas do sertão baiano, “abranger de um lance o conjunto da terra”, visualizando-as tal qual num “mapa em relevo” (CUNHA, 1992, p. 27; p. 25). Foi sobre este monte sagrado, cuja santidade remonta a um episódio ocorrido por volta do fim do século XVIII, quando um padre italiano entreviu no monte semelhanças com o Monte Calvário de Jerusalém e organizou nele a construção de um santuário, que se instalou o acampamento militar da campanha contra a cidadela dos revoltosos de Canudos. Ao descrever a ocupação do exército naquele monte, Euclides relata como esta posição no espaço garantia certo ar de triunfo aos soldados que olhavam daquela maneira para a região a ser conquistada:

À tarde grupos ruidosos salpintavam a praça. Derivavam pelos becos. Espalhavam-se pelas cercanias. Atraídos pela novidade de uma perspectiva rara, outros ascendiam a montanha, pela ladeira sinuosa e orlada de capelinhas brancas [...] No “alto da Santa Cruz”, batidos pelas lufadas fortes do nordeste, consideravam em torno. Ali estava – defronte – o sertão... Uma breve opressão salteava os mais tímidos; mas desaparecia prestes. Voltavam tranquilos para a vila, onde se acendiam as primeiras luzes, ao cair da noite... Decididamente a campanha começara bem auspiciada. Monte Santo antecipara-lhe as honras da vitória (CUNHA, 1992, p.203).

Tal qual a perspectiva dos próprios soldados contemplando o sertão desde o cume de Monte Santo, Euclides da Cunha relata que viu a história de Canudos como “quem vinga uma montanha altíssima” (CUNHA, 1992, p.473). Seguindo uma estratégia discursiva similar, o fundador e diretor do Colégio Latino-Americano (no qual o filho de Euclides estudou por um tempo), José Rodrigues Leite e Oiticica (1882-1957)³, que também foi professor de História, pretendeu reformular a escrita da história do Brasil situando-se em um ponto de vista externo e privilegiado, a partir do qual se poderia contemplar a unidade e totalidade da trajetória da nação brasileira no tempo. O presente artigo tem por objetivo oferecer elementos para compreender alguns aspectos deste projeto historiográfico relativamente esquecido de José Oiticica e

³ Uma transcrição do referido texto de José Oiticica foi publicada na edição 29 da “Temporalidades”, revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. Um breve texto de apresentação acompanha a publicação. DETONI, Piero di Cristo Carvalho; DETONI, Vicente da Silveira. Uma réplica a Von Martius: José Oiticica e a proposição de uma nova normatividade para a prática historiográfica no alvorecer republicano. *Temporalidades – Revista de História*, Edição 29, v. 11, n. 2, 2019. Neste texto de apresentação são abordadas, entre outros temas, questões de ordem biográfica e informações sobre a natureza do periódico em que o texto foi publicado que não serão exploradas no presente artigo. Este artigo se concentra nos resultados de caráter mais interpretativo no que diz respeito à “ordem interna” do texto de Oiticica.

concebido poucos anos depois da data de publicação do livro de Euclides, com o qual acreditamos possuir pontos de contato na forma de estabelecer a partilha entre o visível e o invisível acerca de seus objetos por meio de certas escolhas narrativas⁴.

O texto em questão, publicado na “Revista Americana”, no ano de 1910, com o título “Como se deve escrever a história do Brasil”, se colocou, à época, como uma ruptura na historiografia brasileira ao confrontar o consagrado modelo de escrita da história do Brasil de Karl Von Martius (1794-1868), vencedor do concurso de monografias realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico (IHGB) por volta 1840 e que serviu como um “guia teórico” dos posteriores estudos históricos daquela agremiação. Na sua réplica, Oiticica sugere uma nova forma de se narrar a história da nação brasileira, centrada, desta vez, na noção de “energia”, a partir de um “olhar sinóptico”⁵, que, de uma só vez, entreveria a conexão entre diversos acontecimentos e elementos isolados da história do Brasil, arranjando-os em um conjunto e dotando-os de um sentido (passado, presente e futuro vistos juntos, como unidade, em um só relance). É este “olho de Zeus”, que se coloca acima e distante dos objetos narrados (NICOLAZZI, 2009), que, a nosso ver, aproxima Euclides de Cunha das exortações do desafiador de Von Martius.

O texto de José Oiticica, que utiliza como título a mesma fórmula “Como se deve escrever a história do Brasil” de seu êmulo alemão, foi publicado em quatro partes durante o ano de 1910, e não possui muito mais do que quarenta páginas, assim como a “Dissertação” de Martius. Na primeira parte do texto, Oiticica apresenta o estado da arte da historiografia da sua conjuntura, e aponta as insuficiências do consagrado projeto historiográfico de Martius. Ainda na primeira parte, esboça, de relance, uma outra base filosófica e científica para o estudo da história (seu “sistema da história”). Depois, na segunda parte, sugere as linhas gerais de sua nova narrativa (a partir do que chama de “problemas gerais”), e na terceira, indica caminhos

⁴ Os estudos de François Hartog (2013) sobre a historiografia antiga e moderna são claramente a inspiração desta abordagem, principalmente a sua retomada da associação entre o olhar e a história. O postulado da dimensão corpórea que constituiria a prática historiográfica é um aspecto que foi pouco explorado pela recepção de sua obra no espaço universitário brasileiro (NICOLAZZI, 2019).

⁵ A expressão, que remonta à raiz grega “sunopsis” (da qual *sun* se refere a “junto” e *opsis* “vista”), provém do vocabulário de que lança mão Hartog (2013) nos seus intentos de contribuir para a elaboração de uma “arqueologia do olhar do historiador” na tradição ocidental. Esta expressão teria tido sua primeira aparição entre os Antigos na obra de Políbio (220 a.C.-146 a.C.), que pretendia afirmar o caráter filosófico da história; a visão sinóptica teria sido retomada pelos modernos no século XVIII, adquirindo ora traços religiosos, ora traços filosóficos (HARTOG, 2013, p.143).

específicos de pesquisa (a partir do que chama de “problemas secundários”). Por fim, na quarta parte, elenca as virtudes do bom historiador; o conjunto de competências qualidades que tornariam um historiador apto a produzir a historiografia prescrita por Oiticica. Apesar de não ter produzido efeitos significativos na forma de se narrar a história da nação brasileira nas décadas seguintes à data de sua publicação, o texto de Oiticica é uma intervenção significativa para se refletir sobre o campo de disputas e tensões sobre o fazer historiográfico na virada do século XIX para o XX no Brasil.

Ademais, ao focar na construção de uma determinada forma de se “fazer ver” o passado e evidenciar as particularidades do projeto historiográfico formulado por José Oiticica, o presente artigo se insere na tendência de crítica às interpretações, de caráter inegavelmente evolucionista e teleológico, que defendem ser os critérios nos quais se assentam a historiografia no Brasil “até pelo menos o final da década de 1920 deste século, basicamente os mesmos verificados durante o século XIX”. De acordo com esta perspectiva, essa “historiografia guarda as mesmas limitações tradicionais e, no conjunto, sequer, muitas vezes, toma conhecimento do progresso das ciências sociais no final do século XIX” (DIEHL, 1998, p.124). Nesta visão panorâmica, nada haveria de novo entre o “pai fundador” da disciplina histórica no Brasil, Francisco Adolfo de Varnhagen, e o “grande momento de ruptura”, em 1930, com os ensaios históricos, da tríade Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.

Pretende-se, com este artigo, trazer à tona, em nosso presente, a diversidade de escritas da história que, tal como promessas não cumpridas, foram deixadas à margem com o estabelecimento (talvez não deliberado) dos ensaios históricos como paradigma de escrita da história do Brasil e da posterior definição ainda mais incisiva das fronteiras disciplinares com a estruturação das universidades e das pós-graduações. Desencavar estas “potencialidades” esquecidas e inexploradas (DOSSE, 2003, p.10-11), e refazer “as condições de inteligibilidade da sua existência como produção intelectual” (GUIMARÃES, 2003), pode ser um meio de desestabilizar as narrativas unívocas (ou as repetidas remissões aos cânones) que constituem e garantem identidade disciplinar à historiografia (GUIMARÃES, 2010), e sugerir a compreensão também da “modernização” da historiografia como um processo multidirecional.

A primeira parte do artigo apresenta, de forma concisa, a conjuntura de crítica a tradição historiográfica romântica, situando José Oiticica, um jovem professor de História e diretor de colégio de nível secundário no momento de publicação do seu texto, no campo de disputas e

tensões que caracterizavam o debate sobre a escrita da história na virada do século XIX para o XX no Brasil. Na segunda parte, são evidenciadas as inovações narrativas e conceituais formuladas pelo autor, tendo em vista a presumida insuficiência desta historiografia até então guiada, grosso modo, pelas orientações do botânico alemão Von Martius. Na terceira parte, é evidenciada a articulação entre as bases teóricas desta nova normatividade para a prática historiográfica brasileira com uma determinada política do tempo⁶, destacando de que modo o ponto de vista do futuro organiza a narrativa e o projeto de nação contidos no texto de Oiticica. Certos conceitos mobilizados por Oiticica, tais como “energia”, “educação”, “hegemonia”, parecem ter, como se argumentará, a potência de empurrar a sociedade brasileira em direção à modernidade, retirando o Brasil, finalmente, de sua condição de “atrasado”. A narrativa de Oiticica elege o futuro com o guia do conhecimento e da ação, e pretende produzir uma vertiginosa aceleração do tempo. Nas considerações finais do artigo, sugere-se, por fim, um vínculo entre a experiência do olhar e as formas de se exercer o poder, conectando, desta forma, a proposição de José Oiticica com alguns aspectos, já brevemente mencionados, da maneira pela qual, em certos momentos, Euclides da Cunha, na obra já mencionada, produz visibilidade sobre o sertão baiano.

Os modernos reformadores da história

O bacharel em direito José Oiticica, com 28 anos, após uma breve trajetória como professor de História em escolas no Rio de Janeiro, e de conduzir nesta mesma cidade, enquanto fundador e diretor, um projeto educacional inovador à época, chamado Colégio Latino-Americano, diretamente inspirado na “École de Roches” de Edmond Demolins, desafiou uma

⁶ MUDROVIC, María Inés Mudrovcic. The politics of time, the politics of history: who are my contemporaries?, *Rethinking History*, 23:4, 456-473, 2019. Segundo a autora, “política do tempo” é uma noção que auxilia a compreensão da maneira pela qual certos atos linguísticos realizados no presente (des)constroem as articulações entre passado, presente e futuro. A ideia, de inspiração austriana, que sustenta esta forma de pensar os usos do passado é a de que narrar uma história não é meramente representar a passagem do tempo, mas fazer coisas com o tempo e por meio dele. De acordo com essa noção, as periodizações, organizações e classificações históricas possuem a força de condicionar a forma de experienciarmos o tempo e de discriminar quem ou o que pertence ao passado, ao presente ou ao futuro. Sobre esta compreensão da natureza arbitrária, performativa e política do tempo histórico, ver LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber (Eds.). *Breaking up time – Negotiating the Borders Between Present, Past and Future*. KG, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht GmbH, 2013; RUFER, Mario. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. *Memoria y Sociedad*, Bogotá (Colombia), n. 28, 2010, p. 24.

das principais autoridades da historiografia brasileira produzida até fins do século XIX. Repetindo provocativamente a fórmula mobilizada por seu êmulo, José Oiticica, com o seu próprio “Como se deve escrever a história do Brasil”, publicado em 1910 na Revista Americana, convidou aqueles que, na virada do século XIX para o XX, valiam-se das orientações de Karl Von Martius para escrever a história do Brasil a repensarem a sua prática e adotarem uma outra forma de conceberem o fazer historiográfico. O ponto principal da crítica de Oiticica ao plano de Martius é o reconhecimento da insuficiência teórica de sua proposta, mesmo que, na sua origem, o botânico alemão estivesse pretendendo constituir as bases de uma “história filosófica” do Brasil, razão pela qual o seu texto foi selecionado, em detrimento do texto de Walestein, no concurso de dissertações do IHGB de 1839. Ao se referir ao texto de Martius, pondera Oiticica que:

Conquanto seus conselhos sejam de todo o ponto excelentes, tenho que não bastam para constituir o arcabouço completo de nossa interessantíssima história. Sobretudo, Martius não sistematiza, não submete as suas ideias a um plano geral de filosofia histórica, de cujos princípios desça à exata interpretação dos fatos particulares. (OITICICA, 1910a, p.109)

A demanda de José Oiticica era por um conjunto de pressupostos de ordem teórica sobre o qual assentar a historiografia que tornasse possível a visualização do sentido que atravessaria a história do Brasil e que interligasse os eventos individuais em uma longa cadeia lógica. Para ele, o plano de Martius “não passa de admoestação sem unidade; são avisos optimos, insinuações profundas, mas sem vista de conjuncto e insufficientes” (OITICICA, 1910a, p.110). O autor, pretendendo sanar essa insuficiência, apresenta, em traços iniciais, um “sistema da história”, formulado, ao que tudo indica, por uma curiosa combinação de ideias da física termodinâmica, de elementos da teoria da história de Paul Lacombe e da ciência social da Escola de Le Play, adicionadas por um “complemento filosófico” próprio de Oiticica. Esta combinação resultaria em um sistema que teria a capacidade de conectar o início da colonização portuguesa na América no século XVI, a ocupação do solo e defesa contra elementos estrangeiros e internos, passando pela independência e as bases democráticas institucionais que o Império do Brasil supostamente teria criado, com o futuro do Brasil na condição de líder das nações sul-americanas em direção a um estágio final da história caracterizado pela paz perpétua entre os países no globo. A história da nação contada a partir do caldeamento das raças, do seu choque e deste entrecruzamento que teria formado o caráter do brasileiro, é substituída por uma

história da nação contada por meio de um longo processo de progressivo domínio da natureza pelo ser humano e do aperfeiçoamento da eficiência da maquinaria social e estatal no controle dos recursos naturais e humanos. José Oiticica eleva como conceito central de sua narrativa a noção de “energia”, entrevedo-a tanto nos processos naturais e sociais, quanto na trajetória de países plenamente civilizados.

A manutenção da fórmula da história-nação e da narrativa do paulatino estabelecimento do Estado-nação moderno no Brasil lança a questão sobre os motivos pelos quais José Oiticica pôde julgar ser necessária a formulação de um novo projeto historiográfico entre os brasileiros do início do século XX. O desenvolvimento desta questão passa pelo reconhecimento de certo conjunto de demandas que, de forma inovadora, são projetadas sobre a prática historiográfica no fim do século, exigindo dela mais cientificidade e uma “atualização” diante das ciências sociais emergentes, de certo modo, respondendo a uma necessidade de criação de novas condições de legitimidade para a historiografia (GOMES, 2009, p.25; p.29)⁷. A conhecida frase de Sílvio Romero sobre “um bando de novas ideias [que] esvoaçou sobre nós” capta bem a natureza da entrada no ambiente intelectual brasileiro de outras correntes de pensamento advindas da Europa, que acabaram arrebatando esta geração e reordenando o seu repertório político-intelectual. José Veríssimo, em sua “História da Literatura Brasileira”, publicada primeiramente em 1916, denominou o novo movimento de ideias de “modernismo”, considerando que ele não se restringiria ao campo exclusivo da literatura, muito menos se manifestaria como mero surgimento de novas escolas literárias, mas que, por seu turno, seria um “movimento espiritual” ou “formas de pensamento geral” que teriam produzido efeitos na filosofia, na arte, na política, na imprensa e também na ciência (VERÍSSIMO, 1929).

De acordo com Arno Wehling, este grupo de intelectuais e homens de letra, comumente identificados como a “geração de 1870”, teria procurado reinterpretar a experiência brasileira através da tradução destas correntes de pensamento europeias. Esta conjuntura historiográfica, segundo o autor, seria marcada pelo “condicionamento intelectual” do “cientificismo dominante”, entendido como a obsessão em “submeter toda a explicação dos fenômenos – e, às vezes, a própria vida social – ao *diktat* dos padrões científicos vigentes”. Característica deste

⁷ Angela de Castro Gomes (2009) identifica uma forte presença da questão da cientificidade do conhecimento histórico no fim do século XIX no Brasil e uma sofisticação do debate sobre este tema em relação aos períodos anteriores da historiografia brasileira.

cientificismo seria também a crença na possibilidade de se encontrar leis e regularidades nos fenômenos humanos e sociais, adotando procedimentos similares aos das ciências naturais (WEHLING, 1994, p.170)⁸. Nesse sentido, o desafio encarado por essa geração, segundo Piero Detoni, foi elevar as tradicionais operações de “crítica erudita-compilatória”, realizadas de maneira já consolidada pela geração precedente, a um “plano conceitual, reflexivo, teórico, ou como se pretendia, generalista” (DETONI, 2013, p.17). Para Capistrano de Abreu, por exemplo, a escrita da história do Brasil precisaria se orientar por outros parâmetros, por um ideal de historiador que:

Inspirado pela teoria da evolução, mostre a unidade que ata os três séculos que vivemos. Guiado pela lei do consensus, mostre-nos a *rationale* da nossa civilização, aponte-nos a interdependência orgânica dos fenômenos, e esclareça uns pelos outros. Arranque das entranhas do passado o segredo angustioso do presente, e liberte-nos do empirismo crasso em que tripudiamos. (ABREU, 2015, p.32)

Se o saber histórico moderno, tal como Reinhart Koselleck e Arnaldo Momigliano o interpretaram, pode ser compreendido através de uma tensão inerente entre procedimentos empíricos (legados pela tradição dos antiquários) e cargas de teoria (legados pela filosofia iluminista, isto é, pelas induções filosóficas ou intuições poéticas responsáveis por “tramar” e por “urdir” os acontecimentos isolados) (NICOLAZZI, 2016, p.5-6)⁹, a estratégia posta em prática pelos homens de letras e intelectuais brasileiros, entre eles Capistrano de Abreu e José Oiticica, para tornar possível a constituição da história enquanto ciência foi pender esse saber ainda mais para o polo da *reflexividade*, indo além, muito mais longe, do que teria proposto Martius e os seus contemporâneos brasileiros. Afastando-se do modelo da longa história geral de Varnhagen, os historiadores, intelectuais e homens de letra deste “primeiro modernismo”

⁸ Angela Alonso (2002), em trabalho já clássico, foge desta compreensão do fenômeno do “modernismo” como algo possível de ser resumido por uma concepção de ciência ou atitude diante dela. De forma alternativa, a autora percebe a convergência destas diversas teorias e doutrinas europeias no sentido de serem mobilizadas como instrumentos de intervenção no debate político da crise do Império.

⁹ Baseamos este pressuposto em uma leitura combinada de Reinhart Koselleck e Arnaldo Momigliano, realizada por Fernando Nicolazzi. Elaborando uma interpretação de certo modo já canônica, estes dois autores teriam interpretado a historiografia moderna, cada um a seu modo, a partir desta tensão entre empiria e reflexividade. Uma leitura similar destes autores é feita por Araújo, diferenciada desta primeira, no entanto, por um distanciamento mais rígido entre a dimensão filosófica e a narrativa do conhecimento histórico moderno. Define o autor: “A historiografia moderna pode ser entendida como a convergência de três fontes distintas, a saber – a tradição antiquária e erudita, centrada na coleta e estudo crítico de documentos; as preocupações filosóficas que se desenvolvem no século XVIII; e, finalmente, a forma narrativa” (ARAÚJO, 2008, p.143).

brasileiro (MORAES, 1988)¹⁰ teriam orientado suas expectativas em torno da construção de um “trabalho interpretativo que transcendesse a dimensão factual”(NICOLAZZI, 2016, p.48), que discernisse o “sentido profundo e oculto” dos acontecimentos, a unidade que presidiria a multiplicidade dos eventos históricos, a ordem no interior de um caos aparente, e que atendesse “num só tempo ao trabalho de toda a cultura coletiva, na vida oficial e na do povo” (RIBEIRO, 1953, p.22).

Para Rocha Pombo, deveria se esperar da história que ela destacasse “as grandes sínteses, a direção dos acontecimentos, sem dar aos incidentes mais que o valor que eles tem como partes do mesmo todo” (ROCHA POMBO, 2015, p.193). Acompanhando este mesmo processo, intensifica-se uma urgência pela apreensão da totalidade, e metáforas organicistas, por exemplo, entrariam em jogo para dar conta de se apreender esta articulação entre as partes o todo da história do Brasil. Assim, as “zonas” ou “núcleos primitivos” de Martius seriam, para Ribeiro, as “células fundamentais do tecido do Brasil antigo” (RIBEIRO, 1953, p.22-23). Em seus textos, os “primeiros modernistas” estariam mais preocupados com teorias do que com a erudição, mais atentos ao geral do que com as particularidades, e encaminhando-se mais para a formulação de leis do devir histórico do que a descrição e comprovação da existência de fatos e documentos. Sílvio Romero justifica esta maior inclinação para a teoria ao dizer que “um conhecimento que não se generaliza, fica improficuo e estéril” (ROMERO, 1960, p.55). É evidente que esta sobrevalorização da teoria não significa o desprezo total pela erudição. Tal como dizia Oiticica, “o historiador filósofo maneja os elementos definitivamente assentados pela erudição paleográfica e, onde minguem eles, releva indicar a falha para a suprimirem os eruditos” (OITICICA, 1910d, p.185). Nesta nova divisão do trabalho intelectual, o historiador é identificado como aquele responsável pelo trabalho teórico, pelas faculdades de atribuição de sentido, enquanto que os procedimentos empíricos de coleta e crítica de documentos é relegada a figuras de saber que, nesta conjuntura, assumem um estatuto secundário, como os eruditos e praticantes de “ciências auxiliares”¹¹.

¹⁰ Ainda que Eduardo Jardim Moraes defina o “primeiro momento do modernismo” (1988, p.38) ao período específico que transcorre de 1917 a 1924, acreditamos que, retomando o próprio entendimento de “modernismo” de José Veríssimo (1929), as características desse movimento descritas por Moraes possam ser projetadas para esta geração da virada do século, incluindo nela José Oiticica.

¹¹ Uma ressalva pode ser feita a Pedro Lessa, que em texto primeiramente publicado em 1900, defendeu uma posição subsidiária da historiografia diante das ciências sociais, da economia e da teoria política, a atuar do mesmo modo que uma fornecedora de matérias primas e informações para que cada um destes ramos de saber formulassem

Este processo de reescrita da história do Brasil, mesmo que em bases nacionais muito parecidas, foi também uma resposta à urgência por reordenação do sentido da história do Brasil em um período de substituição do regime político monárquico pelo republicano. Afinal, o historiador que exigia Von Martius em sua “Dissertação” era um historiador “monárquico-constitucionalista”. Assim, se tornou urgente um novo discurso mais afeito aos valores republicanos e que, de algum modo, legitimasse, através de uma remissão ao passado, o regime político então instaurado. Esta transformação na esfera da política oficial engendrou uma necessidade de “reelaboração das memórias da Nação” (DETONI, 2013, p. 77-78), demandando aos historiadores que as raízes da República fossem cravadas na história da América e no passado colonial brasileiro, que a monarquia passasse a ser vista como um período intermediário (prenunciador), e a instauração do novo regime político se transformasse no ápice inevitável desta narrativa (MAGALHÃES; GONTIJO, 2013, p.83). Nesse sentido, uma articulação nova entre os elementos na narrativa da trajetória da nação brasileira ao longo do tempo precisou ser feita: antigas temáticas (como a das “origens do Brasil”, da presença portuguesa, da colonização, do Império) são revisitadas, novos personagens aparecem (o *povo*, e não mais somente os grandes homens, ou os varões ilustres), outros e novos eventos são elencados como centrais na história do país (a Independência, a Revolução Pernambucana de 1817, por exemplo), e outros fatores surgem como determinantes na formação do Brasil (caso da natureza) (SILVA, 2014). Dessa forma, mediante este conjunto de novas características que assume a historiografia nacional, buscou-se romper com o passado colonial/imperial, e adequar-se a uma nova cultura cívico-patriótica.

José Oiticica pode ser entendido como um autor empenhado na construção deste “novo universo simbólico capaz de conferir legitimidade à nova nação republicana” (OLIVEIRA, 1989, p.172), e a sua prescrição de uma história do Brasil, com certeza, poderia ser considerada “republicana”. Da mesma maneira que muitos políticos, publicistas e historiadores do período, ele interpreta esta história também como um avanço gradual da ideia de Liberdade (alçada como principal personagem da narrativa) (MELLO, 2010). Isto fica claro, no seu caso, na maneira

as leis de acordo com seu objeto (LESSA, 2015, p.193). Se esta sua divisão de tarefas acabaria por reduzir o estatuto do conhecimento histórico a um nível inferior, isto seria, sem dúvida, uma maneira de resguardar um espaço, ainda que pequeno, para a historiografia no interior das novas configurações dos saberes (em constituição e disputa) no fim do século XIX (GOMES, 2009). A dissertação de mestrado de Hugo Hruby (2007) é rica em exemplos de como foram diversas, no fim do século XIX brasileiro, as compreensões sobre a posição da historiografia diante das ciências sociais emergentes.

como ele compõe os capítulos desta história a ser escrita, ao estabelecer uma tensão na narrativa entre as imposições da metrópole portuguesa (motivadas pelo gozo de príncipes e maiores), e os desejos da sociedade brasileira nascente (concedendo centralidade a eventos como o caso de Amador Bueno, a insurreição de Agostinho de Barbalho, o levante de Beckman, a conjuração mineira, e a Independência). O mesmo acontece com a “História do Brasil” de João Ribeiro. O seu capítulo sobre o Império, por exemplo, é subtítulo “Progressos da democracia (1822-1831-1888-1889)”, e a ideia que sustenta o autor durante seu texto é a de que “o Império fundou principalmente a liberdade” (RIBEIRO, 1953, p.398).

Entretanto, estes fatores mencionados não abrangem, de todo, o movimento de uma “geração” de historiadores em direção a uma renovação da fundamentação epistemológica da historiografia, nem esgotam, como pretensas condições de possibilidades, os textos produzidos por eles. Ainda que com elas estejam relacionadas, algo foge a estas determinações. Se estas transformações na experiência historiográfica fossem entendidas como uma mudança de uma matriz filosófica para uma sociológica como uma mera substituição de vocabulário ou de linguajar, mantendo-se intacta uma “essência” do problema, se perderia de vista que a adoção destes novos fundamentos implicou em transformações profundas para o conhecimento histórico. Ela produziu efeitos na maneira como os historiadores passaram a conceber a natureza do conhecimento histórico, seu método, procedimentos e objeto próprios, tornando possível que eles a caracterizassem como uma ciência autônoma.

Rocha Pombo considera, por exemplo, que o espírito humano acabou compreendendo, depois de longos anos e penosas meditações, “que a História tem, como a natureza, as suas leis”. E para ele a ciência histórica a ser constituída deveria apanhar “as leis fundamentais da história” a partir de um “estudo comparativo das leis que regem a sociedade” (ROCHA POMBO, 2015, p.184; p.189). Sílvio Romero, através de outros referenciais teóricos, mas no interior desta mesma “corrente modernista”, advoga em nome de uma história dirigida para “encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito, do caráter e do povo brasileiro” (ROMERO, 1960, p. 55). No caso de Capistrano, o “facho luminoso” fornecido pelos “instrumentos e métodos novos” tornariam possível ao historiador “generalizar ações e formular-lhes teorias; representá-las como consequências e demonstração de duas ou três leis basilares” (ABREU, 2015, p. 31). A compreensão da historiografia enquanto uma ciência capaz de estudar leis dos fenômenos humanos também é expressa por Oiticica, que

afirma que “a história é, assim, a parte da ciência social que estuda as leis de evolução de força humana” (OITICICA, 1910a, p.115). Em seguida, serão brevemente analisados os pressupostos mobilizados por Oiticica para fundamentar a cientificidade do conhecimento histórico.

Os fundamentos da ciência da história

Para José Oiticica, a escrita da história cientificamente fundamentada deveria partir do pressuposto de que a História (entendida enquanto processo) seria um grande fluxo de diversas energias em interação, e o historiador seria um estudioso destes movimentos, choques e confluências, de processos de conversão e transformação. A concepção de José Oiticica é a de que a sociedade seria composta por tipos especiais de energia (física, mental, moral, prática e social), que seriam o resultado da conversão de energias cósmicas dispersas no universo, sintetizadas pela sociedade em “força humana”. O curso das energias em profusão nas sociedades não seria, na compreensão de Oiticica, arbitrário ou desordenado. Os seres humanos, tanto em sua vida individual como coletiva, buscariam, de acordo com o autor, sempre tirar melhor proveito das energias disponíveis, utilizando-as para satisfazer necessidades. A máquina social (o Estado, as instituições) deveria, de mesmo modo, ser aperfeiçoada para que nestes processos de conversão, chamados por Oiticica de “problemas”, houvesse o menor desperdício possível de energia.

A partir do “sistema da história”, esboçado pelo autor, seria possível classificar as sociedades (como se classificam máquinas), e escaloná-las no tempo, de acordo com o coeficiente de aproveitamento de energias e o nível de aperfeiçoamento dos meios capazes de satisfazer necessidades. Corroborando a ideia de que o aproveitamento máximo de energias é “condição fundamental para o progresso histórico” (OITICICA, 1910d p.186), Oiticica diz, em suas próprias palavras, que

a sociedade *progride* quando há aumento da força humana, *regressa* quando há diminuição, *estaciona* quando não há aumento nem diminuição sensíveis. Daí temos nós um critério seguro para julgar das ações individuais e dos episódios sociais. Se uma ação ou um episódio contribuiu para o *aumento* da força humana é *bom*. Se para a diminuição, é *mau*. (OITICICA, 1910a, p.116.)

As ideias contidas em seu “sistema” são assentadas nas delimitações, já perceptíveis também no modelo de Von Martius, do conceito moderno de História, de acordo com o qual é

introduzida uma noção qualitativa sobre estar no tempo (KOSELLECK, 2006). De acordo com esse conceito, há uma distinção entre as sociedades distantes no tempo e as sociedades que estão mais atrasadas ou mais adiantadas em relação a um fim tido como norma. Isso significa que o presente pode ser composto por uma multiplicidade de tempos: entre povos presos “ainda” ao passado, povos no futuro e povos caminhando em sua direção. Em relação ao plano de escrita da história do Brasil de Martius, as inovações do “sistema da história” de Oiticica parecem sofisticar, caso as entendamos através dos termos de Arno Wehling, o “padrão teleológico dos filósofos iluministas” (1994, p.36) ao fornecer o discernimento deste sentido (a norma) que todos os povos deverão cumprir no tempo, e ao dispor de ferramentas para se avaliar a posição em que estão os povos na História (se estão ou não perto de seu fim). Se em Oiticica o coeficiente de aproveitamento de energias é a ferramenta de medição do tempo, em Von Martius há uma vaga noção de perfectibilidade das raças para a qual a humanidade caminharia, oriunda de uma tradição humanista e iluminista da qual Martius parece fazer parte (KODAMA, 1999).

A sofisticação deste “padrão teleológico iluminista”, de um futuro que assume contornos mais nítidos e sobre o qual é possível estudar as “leis da evolução humana” que levam a ele, é realizada por Oiticica, em parte, pela reivindicação de uma filosofia da natureza ou cosmologia inspirada em obras de fundadores da física termodinâmica. De acordo com seus biógrafos, este sistema teórico remete implicitamente à “Teoria de Conservação de Energia” de Julius Robert von Mayer (1814-1878) e também à “Teoria da Queda de Energia”, de Nicolas Léonard Sadi Carnot (1796-1832). Lamounier (2011, p.63) defende que provavelmente José Oiticica teve contato com estas ideias no período em que esteve matriculado no curso de Medicina, após se formar, em 1902, em ciências jurídicas. As formulações da produção intelectual tanto deste jovem José Oiticica como de sua fase mais madura (e marcada pelo signo do anarquismo) são praticamente as mesmas. É possível reconhecer esta mesma base filosófica (uma certa “teoria das energias”) tanto no texto de crítica historiográfica de 1910, ora analisado por este artigo, como em seus escritos de teoria anarquista. Logo nas primeiras páginas do clássico livro de Oiticica “A doutrina anarquista ao alcance de todos”, de 1924, encontra-se a seguinte frase: “O mundo é um jorro de energias. Essas energias manifestam-se sob vários aspectos [...] em sua existência social, essas energias [se manifestam] sob quántuplo aspecto: energias físicas, mentais, morais, práticas e sociais” (OITICICA, 1983, p.7-8).

Além da física termodinâmica, Oiticica se filia, desta vez de forma mais direta e menos metafórica, ao método da ciência social da Escola de Le Play, da qual se apropria de um procedimento teórico-metodológico de estudo da realidade social. Esta Escola, fundada por discípulos do engenheiro de minas Frederic Guilamme de Le Play (1806-1882), e que se reunia no entorno da Revista “La science sociale”, fundada em 1886, defendia ter construído, seguindo procedimentos aparentados com o funcionamento das ciências da botânica, da zoologia, e com um instrumento análogo a taxonomia biológica, um método capaz de tornar científica qualquer observação ou investigação dos fatos sociais. De fato, sociólogos contemporâneos reconhecem neste aspecto a importância da obra de Le Play: “a grande força dos estudos leplaysianos reside na construção de um método sistemático para a investigação social” (BOTELHO, 2002, p.536-537). Deste método Oiticica se apropria dos aparatos de classificação, análise e comparação dos fatos sociais, julgando assim dispor de ferramentas que auxiliem na decomposição dos fatos em seus níveis mais elementares até aos mais complexos, de determinar a natureza de cada um, e de coordená-los segundo a relação de semelhança e diferença que uns possuem com os outros. Pretendendo transpor para o conhecimento da história e da sociedade métodos das ciências da natureza, Oiticica constrói um método de caráter apriorístico e universalizável, suscetível de ser aplicado a toda e qualquer circunstância no tempo e no espaço. A possibilidade de ele ser repetido e verificável por outros historiadores, e as analogias com a taxonomia com a qual um zoologista, como Martius, procederia, garantem sua aparência de cientificidade e objetividade.

O arcabouço metodológico derivado desta vertente de seguidores de Le Play, dentre os quais Edmond Demolins (o mesmo que criou a “École de Roches” em que Oiticica se inspirou para o Colégio Latino-americano) e Henri de Tourville, é combinado com um “complemento filosófico” de autoria de Oiticica, por perceber ser o método da Escola “demasiadamente dedutivo”, ainda que fosse, pra ele, “sem dúvida, o que há de melhor em ciência social” (OITICICA, 1910d, p.190). A “falta de critério sistemático” seria uma constante, em seu entendimento, na grande maioria de pensadores da história, “por mais geniais que tenham sido as tentativas de formulá-lo desde Vico até Lacombe, ou até Azambuja, nos seus ensaios de aplicação do método social de Tourville à história” (OITICICA, 1910a, p.113). Foi em Paul Lacombe, por meio de sua obra “A história considerada como ciência”, de 1894, que Oiticica, em parte, encontrou os meios para tornar mais indutivo, mais teórico, o método da ciência social dos leplaysianos. Oiticica afirma que “A história considerada como ciência”, de Lacombe,

também ela envolvida pelo debate sobre a natureza da escrita da história e as condições de possibilidade de seu estatuto científico, e seu autor também uma figura que propôs um projeto de historiografia interrompido e à margem, “é para mim a melhor contribuição para a ciência da história” (OITICICA, 1910a, p.113).

De acordo com Paul Lacombe, um autor que teria encontrado na psicologia a chave para a formulação da ciência da história (KELLEY, 2003, p.214)¹², todos os agentes históricos seriam movidos pelas mesmas necessidades, fruto de um substrato psicológico comum que impulsionaria os seres humanos em direção a um determinado fim. A história da humanidade seria, deste modo, conduzida por “móveis” de caráter universal e constante, uma vez que todos os seres humanos precisariam responder a solicitações do “homem geral” que habitaria o seu interior. A diversidade da história seria garantida, por sua vez, pela diversidade de circunstâncias nas quais o “homem geral” se veria inserido – forjando, assim, o “homem temporal ou histórico”. Levando em consideração as necessidades universais classificadas por ele, Lacombe afirma que “mediante o influxo de um destes desígnios o homem se dirige em direção a um fim, através de um meio natural que retém ao mesmo tempo os recursos e os obstáculos; através de um meio social que, ao mesmo tempo, oferece assistência e resistência” (LACOMBE, 1948, p.45-46)¹³.

A compreensão que Oiticica possui da História se aproxima dos elementos da teoria da história de Lacombe, sobretudo, desta noção conflitiva ou agonística que entrevê na interação entre necessidades humanas e assistências/resistências do meio o “motor da história”. Os princípios que organizam a filosofia da história de José Oiticica, aparentemente combinando alguns postulados da física termodinâmica, da ciência social de Le Play e das considerações de Paul Lacombe, são os de que os móveis gerais da história são as necessidades humanas, que o fim das suas ações é a obtenção de elementos de satisfação destas necessidades, que os meios reivindicados para atingir esses fins são as chamadas “forças concorrentes”, e que ao passo que estes meios se chocam com certos obstáculos (“forças oponentes”) surgem os chamados

¹² Cordeiro Júnior (2010, p.195) compreende de forma similar a teoria da história de Paul Lacombe ao afirmar que para ele a “psicologia seria o fundamento ontológico e epistemológico do estudo das regularidades da história”.

¹³ Utilizamos a edição espanhola da obra, publicada em 1948, e a versão original francesa, de 1894, disponível pelo acervo digital da Biblioteca Nacional Francesa, disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k107900w/f6.image.texteImage>>. Acessado em: 21/03/2020. Também consultamos os excertos do capítulo 1 desta obra traduzidos para o português encontrados na coletânea de documentos “Lições de história” de MALERBA, 2010.

“problemas”. Os acúmulos de energia podem acontecer pelo puro e simples aproveitamento das “forças concorrentes” ou podem resultar da diferença obtida entre o choque entre as energias que constituem os “problemas”. Os “problemas” são “resolvidos” caso o uso das forças favoráveis seja suficiente para anular ou dominar as forças contrárias, possibilitando que o impulso primeiro, fruto de uma necessidade, siga seu livre curso em busca de sua satisfação, incorporando a seu favor energias estranhas a si. O mau uso das forças concorrentes resultaria em um desperdício de energia, um menor rendimento, numa perda de eficácia, em um prejuízo que contribuiria para a diminuição da força humana.

A “educação” se apresenta no “sistema da história” de Oiticica como um potencializador das capacidades dos povos converterem energias cósmicas em energias sociais, de se atingir um estágio de satisfação total das necessidades humanas possibilitadas pelo acúmulo de energias. Para o autor, a educação é a “ciência e a arte de desenvolver energia humana” e, assim, seria ela indispensável para o “engrandecimento nacional”. As forças individuais e sociais apenas poderiam ampliar a sua capacidade de manipular as forças cósmicas, transformando-as em força humana, pelo avigoramento proporcionado exclusivamente pela educação, neste caso, entendida como a constituição de um sistema de ensino de proporções nacionais dirigido para o aperfeiçoamento destas capacidades de administração de energias, sejam elas naturais ou sociais.

Ao definir a “origem, o processo de suas transformações e a finalidade dos atos humanos”, José Oiticica escapa à atribuição de “positivista” conferida a seu plano por José Murilo de Carvalho, que, em uma conferência na Universidade Federal do Rio de Janeiro (CARVALHO, 1998), quebrou um silêncio que perdurou entre os historiadores por quase todo século XX ao mencionar em sua fala o tão pouco conhecido projeto historiográfico de José Oiticica. Com o seu “sistema da história” Oiticica contraria o caráter antimetafísico da filosofia positiva de Comte, que recusa a possibilidade das faculdades humanas apreenderem as causas primeiras e últimas dos fenômenos (RIBEIRO JÚNIOR, 2003, p.15), e crê ter construído “o pensamento fundamental explicativo da sociedade”. Projetando-se num debate, desta vez, europeu, surge José Oiticica com uma outra base filosófica, na sua própria maneira de ver, de bases gerais “simplíssimas”, mas capaz, a seu ver, de elevar a história à condição de ciência.

Levando estes fatores em consideração, poderia se dizer que o autor brasileiro contesta uma historiografia moderna, representada pelo modelo do botânico alemão, e coloca outra

historiografia moderna em seu lugar. Os textos de Martius e Oiticica também são duplos nesse sentido. No entanto, a proposição do jovem brasileiro de reorganização da historiografia, também pressupunha uma reordenação da temporalidade. O passado, o presente, e o futuro, na forma em que Oiticica estabelece suas fronteiras, mantém uma fisionomia um tanto similar ao de seu duelista alemão, embora, como procuramos defender, um peso maior tenha sido concedido ao porvir. De que modo este deslocamento na concepção de história e de tempo, entre um “Como se deve escrever a história do Brasil” e outro, entre o de Martius e o de Oiticica, afetou as formas de se contar a história da nação brasileira, sua estrutura narrativa e temporal, e o projeto de nação nela contido?

Energia, educação e hegemonia

O “sistema da história” de José Oiticica possibilitou que a história da nação brasileira fosse orientada pelo ponto de vista do futuro de modo ainda mais intenso que em Martius. Esse futuro, parcialmente construído no presente de Oiticica, não só ilumina o passado da história do Brasil como carrega todas as experiências em direção a ele. A história do Brasil narrada sob estes novos fundamentos elaborados por Oiticica seria, assim, organizada por um *telos*, que, de seu fim (como que externo), apontaria para uma linha condutora (invisível na escala do ponto de vista dos agentes) de todos os acontecimentos particulares da história do Brasil. Este futuro ideal e específico da sociedade brasileira, o “resultado fatal da história”, seria um estado de satisfação absoluta das necessidades humanas garantido pelo acúmulo de energias, possibilitado, por sua vez, por uma máquina social energeticamente eficiente. Este estado de coisas implicaria uma “paz absoluta” em termos mundiais, uma vez que a concorrência entre as nações cessaria em função da ausência de necessidade de disputa por recursos energéticos. O “equilíbrio universal” seria alcançado tanto pelos esforços internos de cada nação em desenvolver a educação de seu povo, como através de uma espécie de condução das nações “atrasadas” pelas “adiantadas”. Neste aspecto, Oiticica adere ao chamado “pan-americanismo de tipo monroísta”, de acordo com o qual o desenvolvimento e as liberdades na América do Sul seriam garantidos e defendidos pelos Estados Unidos da América, que sobre o globo e esta porção do continente americano exerceria uma determinada “hegemonia” (de acordo com Oiticica, hegemonia “no sentido etimológico do vocábulo”, como aquele que guia, “sem a acepção odiosa deturpadora do termo”) (OITICICA, 1910c, p.423-424).

Segundo Any Marise Ortega, os colaboradores da Revista Americana expressariam, em termos de política internacional a visão kantiana de política desenvolvida pelo filósofo alemão através da noção de “paz perpétua” (ORTEGA, 2003). É possível pensar que o fim da história idealizado por José Oiticica se aproxima também desta ideia, mesmo que não utilize literalmente o termo. Segundo Norberto Bobbio, a paz perpétua de Immanuel Kant seria a projeção de uma situação futura na qual haveria uma associação de estados “na qual os componentes permanecem num nível de colaboração entre iguais”. Por isso, ela se configuraria como uma federação, sem instituir um poder soberano, sem dar origem a um Estado acima dos outros estados (um “superestado”). O efeito desta associação seria diferente a de um mero “tratado de paz” porque ela não visaria apenas arrefecer uma guerra em especial, mas o próprio fenômeno da guerra em si e para sempre (BOBBIO, 2000, p. 255; p.261). A diferença entre o pacifismo de Kant e o pacifismo de Oiticica é que o republicano brasileiro visualiza a entrada nesta época do estabelecimento do princípio de igualdade entre os estados não tanto por termos jurídicos, políticos, ou democráticos, como veria Kant, mas por termos econômicos. Uma vez que a causa da concorrência entre as nações (uma espécie de guerra controlada) pode ser entendida, de acordo com Oiticica, como a disputa por recursos energéticos que possibilitariam a satisfação das necessidades, a partir do momento em que todas as nações teriam alcançado o estágio de alto rendimento e acúmulo de energias (umas por desenvolvimento próprio, outras pela condução destas nações avançadas), a paz internacional se estabeleceria automaticamente, sem ser necessário nenhum acordo formal ou constituição em específico.

Como mencionado anteriormente, o aperfeiçoamento da educação seria o caminho através do qual o Brasil poderia acelerar a chegada deste estágio futuro de eficiência energética (por desenvolvimento próprio). Na sua compreensão, energia, educação e hegemonia são conceitos correlatos, sendo um o corolário do outro (de modo que, por exemplo, se ele fala em “energias morais”, é de se esperar que exista uma “educação moral” e, por fim, uma “hegemonia moral”). Não seria forçoso dizer que, para o autor, a educação seria, portanto, o recurso de mediação entre as energias cósmicas e o fim da história, uma vez que ela seria condição para que um povo pudesse exercer *hegemonia* sobre outros povos, e, assim, conduzir a humanidade para um estado perpétuo de paz e estabilidade. Diz Oiticica, reverberando as palavras carregadas de expectativa de Von Martius sobre o Brasil, um “país que tanto promete” (MARTIUS, 2010, p.63), que “a nação que zelar com igual carinho para essa preparação

racional do povo conseguirá, forçosamente, centuplicar as forças concorrentes, diminuirá as oponentes, tendo estrada franca para a hegemonia decisiva, se dispõe, como nós, de recursos inesgotáveis (OITICICA, 1910d, p.198).

Na proposta de escrita da história do Brasil de Oiticica, o *problema* da educação é uma subdivisão do *problema* da organização nacional, no qual “todos os demais problemas se absorvem [...] pois resume a nossa mesma vida de país independente” (OITICICA, 1910d, p.193). Neste problema de suma importância estão compreendidas todas as tarefas e medidas do Estado que, a partir de 1822, se empenharam no grande projeto de “criar a nação”, e de fazê-lo guiar-se por si mesmo, pretendendo retirá-lo da condição de “aglomeração de feitorias a sugar” por meio da fundação de instituições administrativas e políticas, jurídicas e econômicas, que concentrassem energias e as trilhassem para um fim útil. O problema secundário da educação está, para o autor, no centro do problema da organização nacional, sendo a definição de uma ou de outra quase sinônimas. No entanto, a educação, a seu ver, estaria sendo desprezada ou mal conduzida pelos dirigentes do país:

O problema da educação, por exemplo, irresolvido até agora, vai desgarrando, cada vez mais, do rumo da boa solução, pois a julgar pelos livros dos competentes e pelas decisões dos responsáveis, andam eles tão imbuídos da anarquia pedagógica da França, que nenhum critério revelaram na compreensão do assunto. (OITICICA, 1910d, p.195)

Tendo em vista o problema da educação e a sua constatação do estado desse *problema* no seu próprio tempo para o seu modelo de escrita da história, José Oiticica sugere algumas indicações de pesquisa em seu “Como se deve escrever a história do Brasil”, tais como “demonstrar a falta de educação política de dirigentes e dirigidos” e “assinalar que as forças concorrentes, por mais intensas que sejam, pouco trabalho útil produzirão se passam por aparelho defeituoso”. Ao historiador caberia a tarefa de “desmontar” a máquina que é o Estado, “apontando as peças desfalcadas ou lesadas de ferrugem” que provocam o desperdício de energia (OITICICA, 1910d, p.194-195). Mais relevante que estas sugestões, é perceptível em sua prescrição a maneira pela qual a noção de educação é mobilizada, isto é, enquanto um instrumento heurístico central em sua proposta de interpretação da história do Brasil, um conceito capaz de determinar o estado social dos povos e escaloná-los no tempo. O autor, por exemplo, utiliza suas noções de educação para compreender o desenvolvimento da colonização portuguesa no Brasil:

A despeito das façanhas do Índio e do subsequente arranco para a África, nunca foi Portugal uma nação forte. Não tinha riqueza própria e ninguém sem largo capital. O Brasil foi um mundo explorado por liliputianos. Faltava-lhes a *educação mental, moral e prática* requeridas por tarefa de tal monta. A sua literatura clássica é de uma ignorância crassa fora do latim, da teologia e da retórica. Produziu apenas estilistas, historiógrafos sem descortino e Camões. O Padre Vieira é talvez uma exceção, mas as suas frivolidades na defesa das profecias de Bandarra e a deficiência de ideias dos seus Sermões denotam francamente o cultivo da época. Bernardes é também um exemplo vivo desse atraso completo. A moral minguava sobre todos os pontos de vista. O carácter português era um misto de superstição, bravura inconsciente e indisciplina. A massa colonizadora era a besta musculosa, sem aspirações e sem cultura, sem freio e sem o domínio de si mesma. Por isso, a civilização portuguesa do século XVI é uma ilusão. (OITICICA, 1910b, p.294) (grifo nosso).

Se a noção de educação é reivindicada pelo autor para perspectivar o passado (e, por exemplo, determinar o carácter dos portugueses no século XVI como “atrasado”), este uso também aponta para um determinado ideal de sociedade. O diagnóstico que Oiticica faz da sociedade de seu tempo também é de “atraso”, e traduzindo isto nos termos da sua teoria das energias seria dizer que ela é uma sociedade em desequilíbrio energético: “o carácter do nosso estado social é de desequilíbrio de forças e incerteza nas correntes” (OITICICA, 1910d, p.194). A imagem da desproporção, projetada para o tipo social do português, permanece, apesar de todos os “problemas” resolvidos ao longo dos anos de colonização e desenvolvimento nacional. O brasileiro seria a besta musculosa porque os seus níveis de educação “moral”, “prática”, “social”, “mental”, “física” seriam baixos e desproporcionais. Até mesmo a irresolução de “problemas” como o da “conquista do território” e do “cultivo do solo” dão a impressão de que o meio brasileiro possui forças ainda não administradas pela sociedade brasileira. A educação faria esta função de homogeneização do corpo social e da interação mais regulada e eficiente com o seu meio, tornando o brasileiro ou mais alto do que um liliputiano ou com um corpo mais harmônico do que o de uma besta. Fernando Vale Castro, analisando brevemente o ensaio de José Oiticica no seu estudo sobre a “Revista Americana”, destaca também como o jovem republicano depositava sua esperança no progresso da nação brasileira no potencial energético contido no território, mas que era mal aproveitado por um povo pouco “capacitado”:

o estabelecimento e exercício de um projeto hegemônico passariam pela fusão entre a capacitação do povo por meio da valorização da educação e a disponibilidade de recursos disponíveis. Em relação a esses últimos, o Brasil era inegavelmente privilegiado; logo, o investimento em um processo educacional 'civilizador' deveria ser objetivo central do país, pois a partir do êxito de tal medida seria possível pensar

uma Nação hegemônica. (CASTRO, 2012, p.139)

A aposta na educação como meio de atingir o equilíbrio de energias (o Progresso) faz parte também do reconhecimento de Oiticica sobre o caráter “comunário” da formação social brasileira. O autor parte de formulações da Escola de Le Play sobre dois tipos de famílias, a comunária e a particularista, entendidas enquanto a menor e mais importante parte da sociedade, que respectivamente explicariam o atraso ou o progresso das nações. As sociedades de formação comunária, oriundas do primeiro tipo de família, seriam apoiadas na coletividade e se situariam nas regiões orientais do globo; as sociedades de formação particularista, oriundas do segundo tipo de família, apoiariam-se na iniciativa privada, no indivíduo, na atividade e esforço privado, e se situariam na América do norte e Europa, sendo a Inglaterra, para os leplaysianos, a sociedade de formação particularista por excelência (CONCEIÇÃO, 2000, p.7). Isto explicaria em parte, segundo Oiticica, os motivos dos grandes desperdícios de energias e o pouco acúmulo de força humana entre os brasileiros, o seu desequilíbrio diante do meio e entre si mesmo. Se referindo às perdas de energia pela falta de competência dos governos, por seus desmandos, e falta de eficiência, diz Oiticica:

Onde a tradição e a educação infundiram espírito de ordem e zelo administrativo, como na Suíça e Inglaterra, não ultrapassaram as perdas grandemente os limites razoáveis balizados pela imperfeição dos homens. Onde, ao revés, a formação comunária impôs os seus defeitos, o governo é um sorvedouro, passando muitas vezes a ser força oponente. Tais os nossos Estados oligárquicos. (OITICICA, 1910d, p.196.)

Mais uma vez, Oiticica descarta a noção de raça para explicar o atraso do Brasil. Por mais que a ideia de cruzamento de energias proposta por Oiticica mantenha como *leitmotiv* de sua história o tópico da história do Brasil como uma mescla de diferenças, de contrastes, resguardando a ideia de que o Brasil é o resumo da integração de elementos díspares (VENTURA, 1991, p.48), por outro lado, abandona-se, pelo menos no âmbito dos postulados, o argumento, perpetrado tanto por Martius, passando por Sílvio Romero, até chegar a Gilberto Freyre, de que o Brasil se define pela raça (SCHWARCZ, 1993, p.247). Por sua vez, inspirado em alguns postulados da Escola de Le Play (DEMOLINS; PINOT; ROUSIERS 1904), e possivelmente aderindo à crítica de Paul Lacombe às teses racistas do fim do século XIX¹⁴,

¹⁴ Diz Lacombe, em “A história considerada como ciência”, que elas são “um erro do nosso tempo que faz fortuna” (1948, p.256). A posição do autor é a que segue: “Entre raça e o gênio da raça eu estabeleço uma grande diferença.

Oiticica considera como fatores mais preponderantes em história como condicionante do destino dos povos o meio físico e geográfico, e o que poderíamos chamar, através de um linguajar contemporâneo, de cultura:

Em história não devemos encarar senão os *povos*, isto é, homens com um passado definitivo, uma tradição dominadora, uma tendência mais ou menos certa, um tipo perfeitamente determinado. Se dois ou mais povos se fundem são as ideias em conflito, os problemas em andamento, os entrecosques de usos e costumes o que importa frisar. As qualidades da raça não dizem nada porque a mesma raça varia de caráter se muda de meio topográfico. (OITICICA, 1910d, p.185-186)

Disto, pode-se concluir que, diferente do entendimento de Martius, em Oiticica a raça não é um vetor pelo qual atravessariam energias favoráveis ou oponentes, muito menos seria ela um “móvel geral”. Seriam outros os fatores que agiriam no curso das correntes de energia, e que criariam condições propícias ou se colocariam como obstáculos ao seu acúmulo e desenvolvimento. A “tradição” e a “influência do meio” são elencadas por ele, por exemplo, como um possível empecilho para isto, e os “costumes recebidos”, por outro lado, são vistos como parte dos possíveis “móveis” dos atos humanos, por meio dos quais se originariam as necessidades humanas (OITICICA, 1910d, p.192).

José Oiticica também abre mão da noção de raça para propor soluções para superar o referido atraso. A concepção de educação de José Oiticica, inspirada nas ideias do núcleo dos leplaysianos¹⁵, é acionada para interpretar a história do Brasil, mas, sobretudo, para fundamentar um projeto de nação, e, no limite, acelerar o presente em direção a um determinado futuro¹⁶. Seria como se o “sistema da história” oferecido por Oiticica, quando operacionalizado em um texto histórico, pudesse gerar efeitos sobre o sistema educacional brasileiro de seu tempo, e aumentar as chances de concretização de seu projeto de nação: a hegemonia brasileira

Uma população pode apresentar traços corporais que a distingue [...] mas isso jamais chega ao ponto de converter aos homens em aptos para fazer coisas que as outras raças não pode fazer [...] reconheço a existência da raça entendida como o disse; mas o gênio da raça, essa virtualidade que possuiria toda em um povo, até as produções mais complexas do espírito, o tenho por duvidoso até nova ordem” (LACOMBE, 1948 p.269-270).

¹⁵ Aparentemente, as reflexões de Oiticica sobre a educação também são um desdobramento das ideias de José Veríssimo sobre o tema, expostas no livro “A educação nacional”, primeiramente publicado no seu estado natal do Pará, em 1890, mas reeditado no Rio de Janeiro em 1906. Os limites do artigo impedem que esta possível relação seja melhor explorada, mas ela foi, de algum modo, abordada em DETONI, 2018.

¹⁶ Ela se manteve central no projeto político de Oiticica mesmo na sua maturidade, quando passou a se reconhecer como anarquista e militar no interior deste movimento. Sobre este aspecto do pensamento de Oiticica, destaca Tereza Ventura: “A educação das massas era o ponto fundamental de sua teoria anarquista [...]” (VENTURA, 2006, p.18)

sobre a América do Sul. Para R. Koselleck, essa é justamente uma das fundamentações teóricas do conceito moderno de história, a premissa de que as unidades teleológicas de sentido fantasiadas e reivindicadas pelos filósofos e historiadores “apressam” o futuro por eles idealizado (KOSELLECK, 2013). A história proposta por Oiticica, cujas linhas gerais são postas em seu plano, funciona, assim, como um anúncio deste novo tempo por vir, e o futuro, ainda não escrito de todo no presente, se coloca como o ápice da narrativa.

A “teoria das energias” de Oiticica desfaz as diferenças supostamente gritantes, em termos raciais e mesológicos, entre as sociedades ao redor do mundo. A distância temporal entre uma e outra, entre as civilizadas e não civilizadas, poderia ser remediada já que o atraso ou o progresso poderia ser superado por intermédio de uma sábia administração das energias e forças que estão disponíveis a todos, e especialmente abundantes no Brasil. A “Educação Nova” de José Oiticica, inspirada nas iniciativas de Edmond Demolins, poderia dar conta de aproximar no tempo as sociedades de formações históricas distintas, adequando as de origem comunitária a uma outra organização social que seria mais eficiente no aproveitamento das energias cósmicas e no manejo das energias sociais. Se fossem integradas ao circuito energético das sociedades já desenvolvidas, como os Estados Unidos e, em alguma medida, o Brasil, mesmo sociedades muito atrasadas, como as repúblicas latino-americanas, atingiriam o progresso através de um fenômeno natural de transferência de calor entre estas “sociedades quentes”, com grande acúmulo de força humana, para as “sociedades frias”, resultando, posteriormente, no equilíbrio térmico global. Poderia se dizer, desta forma, que tanto a “educação nova” como o “pan-americanismo de vertente monroísta” se apresentam nas formulações de Oiticica como fatores de sincronização temporal. Expressando a relação bilateral entre linguagem e mundo, os conceitos “energia”, “educação” e “hegemonia” seriam, assim, tanto indicadores de experiências (quando instrumentos heurísticos) como alavancas que auxiliam o deslocamento das sociedades através do tempo histórico.

Olhar sinóptico e políticas do tempo

Em comparação a Martius, a dimensão narrativa no plano de Oiticica tende a prevalecer em detrimento de procedimentos investigativos e críticos. Por isso defendemos que, no interior de uma mesma “ordem do tempo” moderna, uma certa elite intelectual brasileira pretendeu “reformular” a historiografia, afirmando o seu estatuto científico através de uma maior inclinação

deste saber para o polo da reflexividade. De acordo com estes “modernos reformadores da história” (ROMERO, 1960, p.72) este era um primeiro passo necessário para que o Brasil superasse sua condição de “atraso”. Isto é, era preciso, antes de tudo, ver o Brasil de outra forma, através desta narrativa que se quer mais abrangente e totalizante, que pretende reconhecer uma unidade e um sentido na História que seria irreconhecível tendo em vista apenas o plano de Von Martius.

A visão sinóptica construída por Oiticica permite um olhar que se coloca acima dos lados envolvidos na história. A bem da verdade, ela rompe com a “tradição dos dois lados” da historiografia antiga (HARTOG, 2013) não tanto porque na história do Brasil o número de participantes excede as categorias operatórias desta tradição (por exemplo, gregos/bárbaros), mas porque Oiticica elege um ponto de vista como o superior, o único possível – o do Estado-Nação em marcha, do Brasil civilizado localizado no futuro, da chegada do equilíbrio universal entre as nações. Consequentemente, é a própria ideia de “ponto de vista” que é abandonada em função do olhar e do juízo absoluto que advém do fim da história. Somente por meio deste novo olhar um programa de reformas no plano social poderia ser concebido e o destino do Brasil enquanto líder das nações da porção sul da América poderia ser reconhecido. A visão sinóptica seria um pressuposto para o conjunto de reformas no sistema de ensino que é aventado por José Oiticica, e, da mesma forma, para o seu projeto de hegemonia do Brasil sobre a América do Sul.

As políticas dos dirigentes da nação brasileira deveriam ser, portanto, temporalizadas, isto é, inseridas no sentido da história, em um curso (talvez inevitável) que aconteceria graças e através do tempo, a fim de que elas entrassem em consonância com ele. A percepção de Oiticica é a de que, em termos de política institucional, no Brasil “tudo se fez muito sem plano e sem plano se vai muita coisa fazendo hoje por falso entendimento do nosso destino atual” (OITICICA, 1910d, p.193). A sua filosofia da história permite entrever este sentido e conformar todas as medidas particulares e atos isolados do governo em torno dele. A visão sinóptica fundamenta, assim, uma forma de se exercer o poder. Está contido no “Como se deve escrever a história do Brasil” um “Como se deve administrar a nação brasileira”. O que permite complementar a hipótese levantada ao longo do texto de que a crítica aos românticos feita pela “geração de 1870” está relacionada também com uma nova forma de conceber a comunidade política e uma demanda por uma nova forma de se exercer o poder. Se essa crítica não se reduz

a formulação de um “imaginário republicano”, ela também não pode ser entendida de maneira satisfatória somente enfatizando estes aspectos puramente “epistemológicos”, mas, sim, evidenciando a relação que eles mantêm com formas de se exercer o poder.

É sabido como a campanha de Canudos foi imbuída pela percepção, cara ao conceito moderno de História, da não-contemporaneidade do contemporâneo (NICOLAZZI, 2010). A noção de anacronismo, neste e em tantos outros casos na história do Brasil, serviu como guia dos mecanismos de exclusão da diferença. Ou melhor, foi ela que tornou concebível ou aceitável, entre outros fatores, o extermínio dos sertanejos, posto que esta foi uma obra não só de repressão a supostos dissidentes do governo republicano mas também de ajuste dos tempos múltiplos e heterogêneos que compunham o território brasileiro ao tempo único da “civilização” e da História. Afinal, como escreveu Euclides: “toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários” (CUNHA, 1992, p. 405).

Retomamos a cena do “golpe de vista” de “Os Sertões” no início deste artigo justamente para enfatizar como a escrita da história demandada por José Oiticica se aproxima deste gesto de saber, resultado de uma forma de observação, que precede e que se torna condição de uma determinada ação: em seu caso, os dirigentes do país (o público leitor privilegiado de sua história) se situariam, tal qual o exército da campanha contra Canudos no alto morro de Monte Santo, em um ponto de vista que é, sobretudo, uma posição privilegiada no tempo: um olhar que se projeta desde o fim da história. Esta perspectiva permitiria a consecução de um projeto de inserção imediata do Brasil na ordem moderna universal, através da completa absorção de padrões civilizatórios europeus e norte-americanos. Há nesse projeto uma relação de subordinação do que se entendia como particular ao que se entendia como universal que o diferencia tanto do romantismo do século XIX quanto do “segundo modernismo” do século XX, para os quais, através da valorização das singularidades, ser moderno era ser brasileiro (OLIVEIRA, 1990, p.183).

Assim, de acordo com as formulações de José Oiticica, a modernização no Brasil seria a repetição de um processo já realizado por outras nações. Elevar-se, de vez, ao nível do seu próprio século, tornando-se contemporâneo das nações civilizadas. José Oiticica propõe um certo fracionamento coordenado do tempo, que articula o distante passado colonial, o recente

passado monárquico e o presente republicano, para apontar e adiantar a chegada deste destino comum, um futuro que é alçado à condição de polo de identificação coletiva. O problema da representação da história nacional (de como ela deve ou não ser escrita), colocada em uma conjuntura que coincide com a campanha de Canudos e com o relato de Euclides da Cunha, se revela, desta forma, como uma questão de política do tempo, uma preocupação com técnicas e mecanismos de visualização mais eficazes na tarefa de remediar o descompasso temporal entre as nações, impelindo o Brasil ao futuro.

Referências bibliográficas:

ABREU, João Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: NICOLAZZI, Fernando. (org.) *História e historiadores do Brasil: do fim do império ao alvorecer da república*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant*. São Paulo: Mandarim, 2000, p. 255.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. “A Família na Obra de Le Play”. *DADOS – Revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, vol. 45, nº3, 2002.

CARVALHO, José Murilo. O historiador às vésperas do terceiro milênio. In: CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Editora UFMG: Belo Horizonte, 1998.

CASTRO, Fernando Vale. *Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A “Geografia Social” de Sílvio Romero. *Terra Brasilis, Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, 2, 2000.

CORDEIRO JR, Raimundo Barroso. Paul Lacombe. In: MALERBA, Jurandir. *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Círculo do Livro, 1992.

DEMOLINS, Edmond; PINOT, Robert; ROUSIERS, Paul de. La methode sociale: ses procédés et ses applications. *La science sociale suivant la methode d’observation*. 19 Anné, Deuxième Période, 1 Fascicule. Paris: Bureaux de La Revue, 1904.

DETONI, Vicente da Silveira. O 'Sistema da História' de José Oiticica e a questão da educação nacional na Primeira República. In: X Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia, Mariana, MG. *Anais do X Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia*, 2018.

DETONI, Piero di Cristo Carvalho; DETONI, Vicente da Silveira. Uma réplica a Von Martius: José Oiticica e a proposição de uma nova normatividade para a prática historiográfica no alvorecer republicano. *Temporalidades – Revista de História*, Edição 29, v. 11, n. 2, 2019.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

- DOSSE, François. *A história*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- GOMES, Angela de Castro. “É a história uma ciência”: o IHGB e os historiadores da Primeira República. In: GOMES, Angela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação. In: HARTOG, François. *O século XIX e a História*. O caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HARTOG, François. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889 - 1912)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2007.
- KODAMA, Kaori. *Martius e o IHGB: um naturalista e os letrados na construção de uma História*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart [et al]. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- KELLEY, Donald R. *Fortunes of history: historical inquiry from Herder to Huizinga*. Yale University Press; New Haven & London, 2003.
- LACOMBE, Paul. *De l'histoire considérée comme science*. Paris: Librairie Hachette, 1894.
- LACOMBE, Pierre [sic]. *La historia considerada como ciencia*. Buenos Aires: Editora Espasa – Calpe, 1948.
- LAMOUNIER, Aden Assunção. *José Oiticica: itinerário de um militante anarquista (1912-1919)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina – UEL, área de concentração Territórios do Político, sob orientação da Prof^a. Dr.^a Isabel Aparecida Bilhão, 2011.
- LESSA, Pedro. Reflexões sobre o conceito da história. In: NICOLAZZI, Fernando. (org.) *História e historiadores do Brasil: do fim do império ao alvorecer da república*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
- MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca. O presente como problema

historiográfico na Primeira República em dois manuais escolares. *Revista História Hoje*, v.2, nº4, 2013.

MALERBA, Jurandir. *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MARTIUS, Karl Friederich von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. República versus Monarquia: a consciência histórica da década de 1880. *História Unisinos*, 14(1):16-22, Janeiro/Abril 2010.

MORAES, Eduardo Jardim. Modernismo Revisitado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988.

MUDROVICIC, María Inés Mudrovcic. The politics of time, the politics of history: who are my contemporaries?, *Rethinking History*, 23:4, 456-473, 2019.

NICOLAZZI, Fernando. O tempo do sertão, o sertão no tempo: antigos, modernos, selvagens. Leitura de Os sertões. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 261-285, jul. 2010.

NICOLAZZI, Fernando. *História e historiadores do Brasil: do fim do império ao alvorecer da república*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

NICOLAZZI, Fernando. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2016.

NICOLAZZI, Fernando. François Hartog e o espelho da história: o outro e o tempo. In: BENTIVOGLIO, Julio; AVELAR, Alexandre de Sá (Orgs.). *O futuro da história: da crise à reconstrução de teorias e abordagens*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Americana*. Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, T. III, Fasc. I - (Abril), Anno I, N. 7, 1910a, pp. 109-117.

OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Americana*. Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, T. III, Fasc. II - (Maio), Anno I, N. 8, 1910b, pp. 292-299.

OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Americana*. Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, T. III, Fasc. III - (Junho), Anno I, N. 9, 1910c, pp. 419-425.

OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Americana*. Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, T. IV, Fasc. I-II - (Julho-Agosto), Anno I, N. 10-11, 1910d, pp. 182-202.

- OTICICA, José. *A doutrina anarquista ao alcance de todos*. 2.ed. São Paulo: Econômica Ed., 1983.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Festas que a República Manda Guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989, p.172.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p.183.
- ORTEGA, Any Marise. *A construção de uma ideologia continental no início do século XX: a Revista Americana (1909-1919)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais: Política), Pontifícia Universidade Católica, PPGCS (Política), São Paulo, 2003.
- RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Curso superior. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1953.
- RIBEIRO JÚNIOR, João. *Augusto Comte e o positivismo*. Campinas: Edicamp, 2003.
- ROCHA POMBO, José. Prefácio (ao livro História do Brasil, ilustrada, de 1905). In: NICOLAZZI, Fernando. *História e historiadores do Brasil: do fim do império ao alvorecer da república*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 6ª edição. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1960.
- RUFER, Mario. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. *Memoria y Sociedad*, Bogotá (Colombia), n. 28, 2010.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Bárbara. Os desafios para a escrita da história nacional no Brasil durante a Primeira República. *Anais do XVI Encontro Regional de História Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*. 2014.
- VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870 - 1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VENTURA, Tereza. *Nem barbárie, nem civilização*. São Paulo: Annablume, 2006.
- VERÍSSIMO, José. *Historia da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & Cia, 1929.
- VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte, MG: Puc-Minas, 2013.
- WEHLING, Arno. *A invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro, Editora Central da Universidade Gama Filho; Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994.